



ALEXANDRE PASQUALINI
DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA
RAFAEL RAMOS
Coordenadores

**DIREITO,
SUSTENTABILIDADE E
INOVAÇÃO**
ESTUDOS EM HOMENAGEM
AO PROFESSOR JUAREZ FREITAS

Este livro é uma contribuição da Associação Brasileira de Direito de Tecnologia da Informação e das Comunicações (ABDTIC) para um dos principais assuntos jurídicos no Brasil e no mundo: a proteção de dados pessoais.

Depois de muitos anos de discussão, em agosto de 2018, foi editada a Lei nº 13.709. Esta obra é uma das pioneiras na análise deste diploma, apresentando pontos de reflexão e antecipando diversas questões que deverão ser enfrentadas com a sua aplicação.

O livro é um convite ao conhecimento mais profundo desta matéria, abordando, dentre outros, temas como privacidade, titularidade de dados, consentimento, transferência internacional de dados, uso de dados pelo Poder Público, *enforcement*.

Área específica

DIREITO AMBIENTAL

Áreas afins

MEIO AMBIENTE; FILOSOFIA;
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Palavras-chave

Livro em Homenagem a Juarez Freitas,
Sustentabilidade e Inovação.

FORMATO: 17 x 24 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3865

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D598 Direito, sustentabilidade e inovação: estudos em homenagem ao professor Juarez Freitas / Alexandre Pasqualini, Daniela Zago Gonçalves da Cunda, Rafael Ramos (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025

758p.; 17cm x 24cm
ISBN impresso 978-65- 5518-957-5
ISBN digital 978-65- 5518-965-0

1. Livro em homenagem a Juarez Freitas. 2. Sustentabilidade e Inovação. I. Pasqualini, Alexandre. II. Cunda, Daniela Zago Gonçalves da. III. Ramos, Rafael. IV. Título.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PASQUALINI, Alexandre; CUNDA, Daniela Zago Gonçalves da; RAMOS, Rafael (coord.). *Direito, sustentabilidade e inovação: estudos em homenagem ao professor Juarez Freitas*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 758p. ISBN 978-65- 5518-957-5.

ALEXANDRE PASQUALINI

Advogado, mestre em Direito, Presidente do IBRAED, professor, Presidente do Conselho Editorial da Revista Interesse Público. Autor de vários livros.

DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA

Conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS). Pós-doutoranda e professora visitante na USP, junto ao grupo de pesquisas SmartcitiesBr na Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Doutora e mestra em Direito (PUCRS). Presidente da Comissão Permanente de Sustentabilidade do TCE/RS. Membro das Comissões sobre Sustentabilidade e Estudos da LINDB do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA) e do Comitê de Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa (IRB). Diretora de Controle Externo da AUDICON.

RAFAEL RAMOS

Mestre em Direito pela PUCRS. Diretor-Geral da Fundação Escola Superior de Direito Municipal (ESDM). Presidente da Comissão de Estudos da LINDB do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA) e Procurador Municipal de Porto Alegre.

SUMÁRIO

EIS, AQUI, LEITOR, UM BOM HOMEM, UM HOMEM DE BOA-FÉ – UM HOMEM DE QUEM SEMPRE DEI FÉ

Alexandre Pasqualini.....17

A ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO COMO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE JUAREZ FREITAS

Adriana da Costa Ricardo Schier, Giulia de Rossi Andrade21

1 Introdução22

2 A regulação no ambiente do Estado sustentável: a contribuição de Juarez Freitas23

3 A regulação sustentável e o instituto da Análise de Impacto Regulatório (AIR)27

4 Considerações finais.....32

Referências33

UMA LEI INJUSTA NÃO É LEI: LEITURAS DO CASO ‘MAUERSCHÜTZEN’ (‘GUARDAS DO MURO’ DE BERLIM)

Alfredo de J. Flores, Estéfano E. Risso35

1 Introdução35

2 O caso “Mauerschützen”37

3 Como compreender uma regra suprapositiva38

4 Circulação do caso “Mauerschützen” na Argentina41

5 Circulação do caso “Mauerschützen” no Brasil43

6 Conclusão45

Referências46

A REGIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS SOB A PERSPECTIVA DO ESTADO SUSTENTÁVEL E DA ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Angela Cassia Costaldello, Karin Käsmayer49

1 A homenagem.....49

2 Introdução50

3 O Estado Sustentável no contexto da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS)53

4 A prestação regionalizada e o Novo Marco do Saneamento Básico (NMSB).....56

5 A regionalização dos serviços públicos setoriais sob a perspectiva de controle pelos Tribunais de Contas61

6 Conclusão62

Referências63

LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONCERTAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO MEIO URBANO

Annelise Monteiro Steigleder.....67

1 Introdução67

2 Ampliação da discricionariedade: o espaço da concertação urbanística68

3 A administração consensual69

4 A concertação no urbanismo71

4.1 O espaço da concertação urbanística71

4.2 Vantagens e riscos da concertação urbanística.....74

5 O processo da concertação urbanística75

6 Conclusão81

Referências.....82

A RESPONSABILIDADE SUBJETIVA NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Ângelo Roberto Ilha da Silva.....85

Introdução85

1 Aproximações sobre a edificação teórica do conceito de dolo87

2 O dolo em face da “nova” LIA93

Considerações finais.....	100
Referências.....	101

LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NA LEI DO GOVERNO DIGITAL: REGULAMENTAÇÃO, EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS E PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Caroline Muller Bitencourt, Mayumi Saraiva Tanikado Miguel.....	105
Introdução	105
1 A evolução normativa da inovação no ordenamento jurídico brasileiro: os caminhos legislativos até a regulamentação dos laboratórios de inovação	107
2 Observando complexamente o conceito de laboratórios de inovação a partir das experiências existentes, com especial atenção ao desafio na Administração Pública	114
3 Elementos constitutivos dos laboratórios de inovação no Brasil e alguns apontamentos críticos com base nas experiências catalogadas	117
Considerações finais.....	122
Referências.....	124

NA PAUTA DA SUSTENTABILIDADE, UMA SONATA AO PATRIMÔNIO CULTURAL E ÀS CIDADES CRIATIVAS

Cinara de Araújo Vila, Daniela Zago G. da Cunda.....	127
<i>Exposição</i> e apresentação dos temas.....	127
Desenvolvimento e seus principais temas – patrimônio cultural e cidades criativas	129
Recapitulação e <i>coda</i>	135
Referências.....	136

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE POR MEIO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: A FUNÇÃO SOCIAL REFORÇADA PELA LEI Nº 14.133/2021

Cristiana Fortini, Mariana Bueno Resende	139
1 Introdução	139
2 A função social das contratações públicas.....	141
3 Sustentabilidade na Lei nº 14.133/2021: previsões relevantes e controvérsias	149
4 Considerações finais	153
Referências.....	154

DIVERSIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E REGULAÇÃO DIGITAL – A EXPERIÊNCIA ALEMÃ E SEUS POSSÍVEIS CONTRIBUTOS AO BRASIL

Daniel Piñeiro Rodriguez, Helen Lentz Ribeiro Bernasiuk	157
Introdução	157
1 Inteligência Artificial – panorama internacional e brasileiro.....	158
2 A formação histórico-administrativa das autoridades de proteção de dados na Alemanha	161
3 O impacto da diversidade na estrutura do modelo regulatório alemão.....	163
Conclusões.....	164
Referências.....	165

SUSTENTABILIDADE E DIREITO ADMINISTRATIVO DE VÁRIOS *TIMBRES* E CORES: LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS A PROMOVEREM A DIMENSÃO SOCIAL E ÉTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA MAIOR EQUIDADE DE GÊNERO E INTRAGÊNERO

Daniela Zago G. da Cunda, Letícia Marques Padilha.....	169
Considerações iniciais e de homenagem	169
1 Direito Administrativo inclusivo para que efetivamente seja indutor da sustentabilidade multidimensional.....	171
2 O escravagismo, o racismo e a violência contra as mulheres a ensejarem políticas públicas urgentes.....	172
3 A importância do princípio da interseccionalidade na elaboração de políticas públicas verdadeiramente sustentáveis	174
4 Boas práticas e previsões normativas em prol da sustentabilidade e da equidade de gênero e intragênero	177
5 Fiscalização de políticas públicas inclusivas pelos Tribunais <i>para além</i> de Contas	179
Considerações finais	181
Referências	182

A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO COMO INSTRUMENTO DE VALORAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Denise Schmitt Siqueira Garcia, Heloise Siqueira Garcia, Eduardo Luiz Soletti Pscheidt	185
Introdução	185
1 Análise Econômica do Direito	186
2 Direito Ambiental e Economia	189
3 A Análise Econômica do Direito como instrumento de valoração do meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro	191
4 Conclusão	193
Referências	194

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Edgar Guimarães	195
1 Introdução	195
2 Objetivos do processo licitatório	196
3 Desenvolvimento sustentável e suas vertentes	198
4 Licitações e contratações públicas e o desenvolvimento nacional sustentável	199
4.1 Especificação do objeto a ser contratado	200
4.2 Licitações para obras e serviços de engenharia	201
4.3 Margem de preferência para produtos nacionais	201
4.4 Benefícios para micro e pequenas empresas	202
4.5 Contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e de egressos do sistema prisional	203
4.6 Contratação de associações ou cooperativas de pessoas de baixa renda, reconhecidas como catadores de materiais recicláveis	203
4.7 Contratação de associação de pessoas com deficiência e preenchimento de postos de trabalho com beneficiários reabilitados da Previdência Social ou pessoas portadoras de deficiência	204
5 Conclusões	204
Referências	205

UMA NOVA ERA PARA A FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

Edilson Pereira Nobre Júnior	207
1 Introdução	207
2 A base normativa da administração digital	208
3 Do procedimento administrativo eletrônico	210
4 Administração Pública e inteligência artificial	213
5 Os serviços públicos digitais	217
6 Palavras finais	219
Referências	220

CUSTEIO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOB EROSÃO FISCAL

Élida Graziane Pinto	223
1 Introdução	223
2 Um microsistema constitucional de tutela do custeio dos direitos fundamentais	224
3 Iniquidade fiscal decorrente da tensão entre estabilidade macroeconômica e financiamento dos direitos fundamentais	228
4 Ajustes ausentes sobre a regressividade tributária e sobre a natureza opaca e ilimitada das despesas financeiras	230
5 Considerações finais	233
Referências	236

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO COMPARADO

Eugênio Facchini Neto	239
1 Introdução	239
2 A responsabilidade civil do Estado no Direito francês	241
3 A responsabilidade civil do estado, no Direito inglês	246
4 A responsabilidade civil do Estado, no Direito alemão	251
5 À guisa de considerações finais: uma análise comparada das diversas experiências jurídicas	256
Referências	259

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA SEM *GREENWASHING*:
O NOVO PARADIGMA DO CAPITALISMO DE STAKEHOLDERS

Gabriel Wedy, Rafael Martins Costa Moreira	263
Introdução	263
1 Sustentabilidade corporativa: da comunidade internacional e dos ordenamentos domésticos para as empresas.....	265
2 ESG: o papel dos mercados e da regulação estatal.....	269
3 O novo paradigma da sustentabilidade empresarial.....	271
Conclusão	275
Referências.....	276

A SUSTENTABILIDADE DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Gustavo Henrique de Faria, Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho	279
1 Introdução	279
2 As contratações públicas e suas finalidades.....	282
3 Participação das MEs e EPPs nas compras públicas	283
3.1 Um olhar histórico (dimensão jurídico-política).....	283
3.2 Participação das MEs e EPPs nas compras públicas	287
3.3 Da possibilidade de licitações exclusivas para MEs e EPPs para além da LC nº 123/2006.....	289
4 Controle externo nas contratações diferenciadas para ME e EPP.....	291
5 Considerações finais.....	294
Referências.....	295

POR UM DIREITO A UM FUTURO SUSTENTÁVEL: O DIREITO FUNDAMENTAL
AO CLIMA LIMPO, SAUDÁVEL E SEGURO E OS DEVERES ESTATAIS DE
PROTEÇÃO CLIMÁTICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Ingo Wolfgang Sarlet, Tiago Fensterseifer	299
1 Introdução	299
2 O clima como bem jurídico de <i>status</i> constitucional	303
3 O reconhecimento do direito fundamental ao clima limpo, saudável e seguro e o seu regime jurídico-constitucional.....	307
3.1 As perspectivas subjetiva e objetiva do direito fundamental ao clima limpo, saudável e seguro	311
3.2 Deveres estatais de proteção climática e vinculação dos órgãos públicos.....	314
4 Status supralegal dos tratados internacionais em matéria climática e o dever “ <i>ex officio</i> ” de controle de convencionalidade a cargo atribuído aos juízes e tribunais nacionais	322
Conclusões articuladas	326
Referências.....	328

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023: UMA “MUDANÇA SUSTENTÁVEL DE
PARADIGMA” EM CURSO NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Júlio César Linck, Letícia Ayres Ramos	331
Considerações iniciais.....	331
1 O desenvolvimento sustentável e os possíveis mecanismos de custeio e incentivos.....	332
2 Mudança sustentável em curso de paradigma no Sistema Tributário Nacional	338
3 Aspectos concretizadores da tributação sustentável.....	340
Considerações finais.....	347
Referências	347

SMART CITIES E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: REFLEXÕES SOBRE
ECOPONTOS, E-CARROCEIROS E RE-CICLO EM FORTALEZA/CE

Ligia Maria Melo de Casimiro, Lucas Saraiva de Alencar Sousa.....	351
Introdução	351
1 Em busca da solução: políticas públicas para os resíduos sólidos e a “smartização” das cidades	353
2 As variáveis brasileiras: desigualdades sociais, catadores e efetividade das leis	357
3 Ecopontos, e-carroceiro e re-ciclo: smartizadas e eficientes?	360
Considerações finais.....	365
Referências.....	366

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins	369
Referências	382

O CONTEÚDO MULTIDIMENSIONAL

DA SUSTENTABILIDADE E AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Luciana Stocco Betiol, Teresa Villac	383
1 Introdução	383
2 O conteúdo multidimensional da sustentabilidade	385
3 O conteúdo multidimensional da sustentabilidade nas contratações públicas brasileiras	387
4 Delineamentos finais	396
Referências	396

SUSTENTABILIDADE PROATIVA

Luiz Alberto Blanchet	399
1 Sustentabilidade e proatividade humana	399
2 O fator humano proativo — um elo entre o ser humano <i>preservador</i> e o <i>conservador</i> da natureza	404
3 Sustentabilidade proativa, Ciência, tecnologia e inovação	407
Referências	411

SOLICITAÇÃO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL (SSC): ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A IN Nº 91/2022 DO TCU

Marçal Justen Filho, Eduardo Nadvorny Nascimento	413
Introdução	413
A IN nº 91/2022 do TCU: procedimento de solução consensual de controvérsias	413
O consensualismo na relação entre Estado e particulares	418
O consensualismo como alternativa ao unilateralismo	419
A questão dos limites quanto à autonomia em relação ao conteúdo das decisões	420
A difusão do consensualismo inclusive no TCU	424
A natureza peculiar da atuação do TCU prevista na IN nº 91/2022	426
A eficácia vinculante da solução consensual homologada sob o rito da IN nº 91/2022 ...	428
A solução da IN nº 91/2022 em matéria de sancionamento administrativo por ilicitude	432
Conclusão	435
Referências	435

DECISÃO ALGORÍTMICA NO ÂMBITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: O PROBLEMA DA INCORREÇÃO E DA FALTA DE TRANSPARÊNCIA DO CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (CNIS)

Marcelo Boss Fábris, José Sérgio da Silva Cristóvam	437
1 Considerações iniciais	437
2 A correlação necessária entre a decisão algorítmica e base de dados	438
3 As decisões algorítmicas no âmbito da Previdência Social	440
4 Incorreção e falta de transparência do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	442
5 Considerações finais	447
Referências	448

O PROCESSO DE ESCOLHA DE ÁRBITROS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Márcia Uggeri, George Miguel Restle Maraschin	451
1 Introdução	451
2 Do sistema inerente ao processo arbitral	452
3 O processo de indicação de árbitros pela Administração Pública	454
4 A relação que se estabelece entre partes e árbitros	457
5 Da inaplicabilidade da Lei de Licitações e Contratações Públicas	459
6 Conclusão	462
Referências	463

INFERÊNCIA E COGNIÇÃO DO ENUNCIADO NORMATIVO:
UM DIÁLOGO ENTRE WILFRID SELLARS E ROBERT BRANDOM

Marcus Paulo Rycembel Boeira.....	465
Referências	472

SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES INTELIGENTES: INOVAÇÃO,
GOVERNANÇA E RISCOS NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS
AMBIENTES URBANOS

Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza, Aulus Eduardo Teixeira de Souza	473
Introdução	473
1 A Inteligência Artificial como ferramenta para a sustentabilidade urbana.....	474
2 Inovação, governança e regulação de riscos em cidades sustentáveis	479
Conclusão	483
Referências	485

POLÍTICA FISCAL E SUSTENTABILIDADE: APONTAMENTOS DO
PENSAMENTO JURÍDICO E ECONÔMICO SOBRE A EXTRAFISCALIDADE NA
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Márcin Haerberlin, Flavio Vasconcellos Comim	487
1 Introdução	487
2 Extrafiscalidade na dogmática jurídica	488
2.1 As políticas públicas no Estado Constitucional.....	488
2.2 Fiscalidade, extrafiscalidade e políticas públicas	491
2.2.1 Atividade financeira do Estado	491
2.2.2 Fiscalidade e políticas públicas	492
2.2.3 Extrafiscalidade e políticas públicas.....	493
3 Pigou x Coase: aportes do pensamento econômico para a postura estatal	494
3.1 Arthur Pigou e a economia de bem-estar social	494
3.1.1 A economia de bem-estar social.....	494
3.1.2 A teoria econômica de Arthur Pigou.....	495
3.2 Ronald Coase e o problema do custo social: uma crítica à nova postura econômica.....	497
3.2.1 A análise do problema do custo social.....	497
3.2.2 A crítica de Ronald Coase endereçada a Arthur Pigou	498
4 Uma aproximação da dogmática jurídica e do pensamento econômico.....	499
4.1 Possíveis críticas à crítica de Coase e soluções alternativas.....	499
4.2 Questões intrínsecas aos modos de pensar o problema dos custos sociais	501
4.3 A questão da sindicabilidade das políticas públicas por instrumentos extrafiscais	502
5 Considerações finais.....	503
Referências	504

A REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA, A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA E O *LAW
AND ECONOMICS* (À BRASILEIRA)

Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun	507
Introdução	507
I Legalidade e regulação	507
II Regulação e regulamentação	508
III Regulação administrativa e regulamentos delegados ou autorizados	509
IV Regulação administrativa e a norma penal em branco.....	510
V Regulação administrativa e a Lei da Liberdade Econômica	512
VI Direito e economia: <i>Law and Economics</i>	515
VII Consequencialismo, Direito e Economia	516
Referências.....	520

PROCESSO ADMINISTRATIVO: SUA RAZÃO DE SER, A CENTRALIDADE
DAS LEIS NA DOGMÁTICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO E OS MÉTODOS
ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Pedro Adamy	521
A razão da homenagem	521

DESBUROCRATIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA COMO ELEMENTO INDUTOR DE SUSTENTABILIDADE

Pedro Niebuhr, Raquel Iung Santos, Pedro Duarte	533
1 Introdução	533
2 O papel da legislação urbanística no desenvolvimento sustentável das cidades.....	535
3 O movimento pela simplificação de normas urbanísticas.....	536
4 O caso específico da legislação de controle edilício	538
5 Um possível quadro de atualização da legislação de controle edilício	539
6 Considerações finais.....	542
Referências.....	543

BREVES REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Phillip Gil França	545
Introdução	545
1 Regulação e Estado Sustentável	550
2 Corrupção.....	553
3 Conclusão	555
Referências	556

JURIDICIDADE DA AÇÃO ADMINISTRATIVA NOS ATOS DISCRICIONÁRIOS PRODUZIDOS SOB A INFLUÊNCIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM SISTEMAS DE SUPORTE À DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rafael Da Cás Maffini, Isadora Formenton Vargas.....	559
1 Introdução	559
2 Os sistemas de suporte à decisão (ssd) na administração pública: entre passado, presente e futuro.....	562
3 Elementos da juridicidade da ação administrativa na produção de atos administrativos discricionários.....	566
4 A juridicidade da ação administrativa na produção de atos administrativos discricionários sob influência de inteligência artificial em Sistemas de Suporte à Decisão (IA-SSD)	569
5 Conclusão	573
Referências.....	573

ACORDOS ADMINISTRATIVOS: A CONTRIBUIÇÃO DA LINDB

Rafael Ramos	577
1 Considerações iniciais.....	577
2 Breve histórico do anteprojeto e do projeto da Nova LINDB (Lei nº 13.655/18).....	578
3 Reflexos da Lei nº 13.655/18 no Decreto-lei nº 4.657/1942 (LINDB).....	579
4 Linhas gerais da alteração legislativa	580
5 Direito Administrativo e consensualidade	584
6 <i>Nudge</i> , Nova LINDB e acordos administrativos	586
Referências	589

AS PRÁTICAS DE ESG E A GOVERNANÇA: O (RE)PENSAR ACERCA DA PROTEÇÃO DE DADOS NO PODER PÚBLICO

Regina Linden Ruaro, Bernardo Ferreira	593
1 Os pilares do ESG e a aplicação na Administração Pública.....	593
2 A governança de dados e o compartilhamento de dados pelo poder público.....	599
3 O (re)pensar acerca da proteção de dados no poder público	603
Referências	604

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E O FOMENTO À INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: O CASO DO PROGRAMA CIENTISTA CHEFE NO ESTADO DO CEARÁ

Rholden Botelho de Queiroz, Raimir Holanda Filho, Francisco Alexandre Correia Arruda	607
1 Introdução	607
2 Arcabouço legal e institucional de inovação no Estado do Ceará.....	608
3 Programa Cientista Chefe	612
4 Projetos de inovação.....	614

4.1	Combate e prevenção de riscos e fraudes no setor público	615
4.2	Inovação na infraestrutura viária do Ceará	617
4.2.1	Tecnologia para implementação de atividades de perícia em obras rodoviárias do Ceará visando controle de qualidade	617
4.2.2	Ferramentas de avaliação da qualidade de rodovias do estado do Ceará, com vistas à transparência no serviço público e à eficiência governamental.....	619
4.3	Monitor fiscal	622
5	Novos projetos de inovação.....	624
6	Considerações finais.....	624
	Referências.....	625

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Ricardo Schneider Rodrigues.....	627	
1	Introdução	627
2	A inovação e o controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas.....	628
3	A sustentabilidade ambiental como parâmetro de fiscalização pelos Tribunais de Contas	631
4	Os Tribunais de Contas na nova lei de licitações: mecanismos para a indução da inovação sustentável.....	635
5	Considerações finais.....	640
	Referências.....	641

PRESCRIÇÃO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACERTOS, DESACERTOS E DESAFIOS

Rodrigo Valgas	643
Prólogo: a justa homenagem.....	643
Introdução ao tema	644
A prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário	644
A evolução da jurisprudência do STF pela prescritibilidade das ações de ressarcimento.....	645
O regime de repercussão geral no Código de Processo Civil	647
A prescrição nos Tribunais de Contas no controle concentrado de constitucionalidade.....	648
Os Tribunais de Contas e a forçada mudança de rumo no trato da prescrição	650
Alguns problemas a serem equacionados no trato da prescrição nos Tribunais de Contas	653
Conclusões.....	659
Referências	660

O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS AO PODER JUDICIÁRIO

Rogério Gesta Leal	663	
I	Notas introdutórias	663
II	O que significa o dever de motivação e fundamentação das decisões judiciais?.....	664
III	Impactos da IA na motivação e fundamentação da decisão judicial	667
IV	Notas conclusivas	673
	Referências.....	675

AGROECOLOGIA E TRIBUNAIS DE CONTAS: O PAPEL INDUTOR DO CONTROLE EXTERNO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

Sabrina Nunes Iocken, Luciane Beiro de Souza Machado.....	679	
1	Introdução	679
2	Agroecologia: contexto histórico e elementos conceituais	680
3	A Agenda 2030 da ONU e as diretrizes estratégicas da FAO para a transição agroecológica.....	684
4	A institucionalização da política agroecológica no Brasil	685
5	Políticas públicas direcionadas à agroecologia: lógica ou incoerência?	688
6	O papel indutor do debate público no âmbito dos Tribunais de Contas.....	691
7	Conclusão	694
	Referências	695

REGULAÇÃO E LIMITAÇÃO OBJETIVA EM ARBITRAGEM

Sérgio Guerra.....	699
1 Características das agências reguladoras.....	701
2 Vantagens da participação das agências reguladoras em arbitragens comerciais.....	702
3 Peculiaridades das funções regulatórias.....	703
4 Arbitrabilidade objetiva nos conflitos entre os agentes regulados e as agências reguladoras.....	705
Conclusão	706
Referências.....	707

SUSTENTABILIDADE, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SISTEMA DE JUSTIÇA: UM DEBATE URGENTE

Têmis Limberger, Demétrio Beck da Silva Giannakos	709
Introdução	709
1 O panorama do Poder Judiciário brasileiro.....	710
2 A inteligência artificial: a busca por um conceito.....	713
3 Sustentabilidade no sentido multidimensional e algumas normativas sobre o tema.....	719
4 Conclusão	725
Referências.....	726

PASSOS DECISIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Thomas Bellini Freitas	729
Introdução	729
1 O nascimento do conceito de desenvolvimento sustentável	729
2 O Acordo de Paris como paradigma	732
3 A implementação dos tratados: sonho ou realidade?	733
4 Biodiversidade como elemento do desenvolvimento sustentável	735
5 Outros passos relevantes.....	737
6 Conclusão	739

DO URBANO-AMBIENTAL ÀS SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA (SBN) E INFRAESTRUTURA VERDE: OS “ACORDOS SEMÂNTICOS” NECESSÁRIOS PARA A COMPREENSÃO DOS CAMINHOS DO DIREITO NAS CIDADES SUSTENTÁVEIS

Vanêsa Buzelato Prestes	741
Introdução	741
1 O conceito urbano-ambiental	742
2 Mudanças climáticas, efeitos nas cidades.....	746
3 Das medidas de adaptação às mudanças climáticas a serem adotadas nas cidades. A infraestrutura verde como evolução do conceito de monofuncionalidade dos equipamentos públicos e comunitários e da forma de planejar a cidade	747
Conclusões.....	748

SOBRE OS AUTORES.....	751
-----------------------	-----

SOBRE OS AUTORES

Adriana da Costa Ricardo Schier

Professora na graduação e no PPGD do Centro Universitário do Brasil (UniBrasil). Pós-doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora e mestra em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Pesquisadora do NUPECONST. Advogada do escritório Bacellar & Andrade – Advogados Associados.

Alfredo de J. Flores

Professor Permanente PPGDir./UFRGS.

Angela Cassia Costaldello

Professora titular de Direito Administrativo e Urbanístico da Faculdade de Direito da UFPR. Procuradora aposentada do Ministério Público de Contas do Paraná. Advogada.

Ângelo Roberto Ilha da Silva

Desembargador Federal (TRF4), pós-doutor em neurociências (UFMG), doutor em Direito (USP), professor universitário (UFRGS).

Annelise Monteiro Steigleder

Promotora de Justiça. Mestra em Direito/UFPR e doutora em Planejamento Urbano e Regional/UFRGS.

Aulus Eduardo Teixeira de Souza

Doutorando em Ciência Jurídica pela UNIVALI e *Derecho de la Sostenibilidad* pela Universidad de Alicante (Espanha). E-mail: aulus@edsadv.com.br.

Bernardo Ferreira

Mestrando do programa de pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) pelo Programa de Excelência Acadêmica (Proex) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Carolina Zancaner Zockun

Professora de Direito Administrativo na PUC-SP (São Paulo-SP, Brasil). Pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos pelo *Ius Gentium Conimbrigae* – Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra, em Portugal. Mestre e doutora em Direito Administrativo pela PUC-SP. Procuradora da Fazenda Nacional. E-mail: czockun@pucsp.br.

Caroline Muller Bitencourt

Professora permanente do PPGD em Direito-Mestrado e Doutorado-UNISC. Estágio pós-doutoral pela PUC Paraná. Doutora e mestra em Direito. Especialista em Direito Público. Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul. Membro da Rede de Direito Administrativo Social, da Rede de Direito e Políticas Públicas, da Rede Internacional de Direito Administrativo. Presidente do Comitê de Direitos Humanos da Universidade de Santa Cruz do Sul. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Controle Social e Administrativo de Políticas Públicas e Serviço Público, vinculado ao CNPq. Advogada.

Cinara de Araújo Vila

Procuradora do Município de Novo Hamburgo. Mestra em Indústria Criativa pela FEEVALE. Especialista em Direito Tributário. Especialista em Administração Pública e gerência de cidades (UNINTER). Graduada em Direito (PUCRS). Presidente da Comissão de Direito Público da OAB/NH, membro da Comissão de Direito Ambiental e de Advocacia e Inovação. Integra a Diretoria da ANPM, vice-presidente da Associação dos Procuradores do Município de Novo Hamburgo. Membro do Concidade de NH, da Comissão do Plano Diretor. Presidente do Plano de Turismo de Novo Hamburgo. Apreciadora de música e demais artes.

Cristiana Fortini

Advogada. Doutora em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da graduação, mestrado e doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do mestrado da Faculdade Milton Campos. Professora visitante da Università di Pisa. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA).

Daniel Piñeiro Rodriguez

Doutor e mestre em Direito pela Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Foi aluno de doutorado visitante na Goethe Universität Frankfurt durante o semestre de inverno de 2023, tendo frequentando o Colóquio de Teoria Política liderado pelo Prof. Dr. Rainer Forst. Procurador Federal (PGF/AGU). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4176485226937857>. E-mail: pineiro.rodriguez@gmail.com.

Daniela Zago G. da Cunda

Conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS). Pós-doutoranda e professora visitante na USP junto ao Grupo de Pesquisa SmartcitiesBr na Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Doutora e mestra em Direito (PUCRS). Pós-graduada em Direito Público (UFRGS) e graduada em Direito (UFSM). Presidente da Comissão Permanente de Sustentabilidade do TCE/RS. Membro das Comissões sobre Sustentabilidade e Estudos sobre a LINDB, do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA) e do Comitê de Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa (IRB). Pianista.

Demétrio Beck da Silva Giannakos

Doutor em Direito, mestre em Direito pela UNISINOS, especialista em Direito Internacional pela UFRGS, professor da Faculdade de Direito da UNIRITTER, advogado.

Denise Schmitt Siqueira Garcia

Pós-doutoranda com bolsa do CNPq em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí e a Universidade de Alicante, Espanha. Doutora em *Derecho* e mestre em *Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad* pela Universidade de Alicante, Espanha. Mestra em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Professora do Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência Jurídica da Univali. CAPES 6. E-mail: denisessg@hotmail.com.

Edgar Guimarães

Advogado. Pós-doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Bacharel em Ciências Econômicas pela FESP/PR. Professor no curso de pós-graduação da PUCPR e da Escola Paranaense de Direito, consultor jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 2º vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da FIEP/PR. Autor de livros e artigos jurídicos.

Edilson Pereira Nobre Júnior

Professor titular da Faculdade de Direito do Recife (UFPE). Membro do Instituto Internacional de Derecho Administrativo (IIDA) e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN). Desembargador Federal do TRF da 5ª Região. <http://orcid.org/0000-0003-1808-0275>.

Eduardo Luiz Soletti Pscheidt

Doutorando e mestre em Ciência Jurídica pelo programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência Jurídica da Univali. CAPES 6. E-mail: eduardo@solettipscheidt.com.

Eduardo Nadvorny Nascimento

Especialista em Licitações e Contratos Administrativos pela PUC-PR. Graduado em Direito pela UFPR. Advogado.

Élida Graziane Pinto

Doutora em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (FD/UFMG). Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e professora de Finanças Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Livre-docente em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP), com estudos pós-doutorais em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV).

Estéfano E. Risso

Doutorando em Filosofia pela PUCRS.

Eugênio Facchini Neto

Professor titular do PPGD/PUCRS. Desembargador no TJ/RS.

Flavio Vasconcellos Comim

Doutor em Economia (Universidade de Cambridge). Professor titular na School of Management da Universitat Ramon Llull e professor afiliado na Universidade de Cambridge. Economista.

Francisco Alexandre Correia Arruda

Mestre, Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Gabriel Wedy

Juiz Federal. Professor no PPGD Direito e na Escola de Direito na Unisinos e na Esmafe. Membro da IUCN-WCEL.

George Miguel Restle Maraschin

Membro da carreira de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestre em Administração e Gerência Pública pelo Instituto Nacional de Administración Pública – Espanha. Pós-graduado em Advocacia Pública e Direito do Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Giulia De Rossi Andrade

Advogada do escritório Bacellar & Andrade – Advogados Associados. Doutoranda e mestra em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Diretora acadêmica adjunta do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Editora da Global Review of Constitutional Law.

Gustavo Henrique de Faria

Analista de Controle Externo TCE/GO. Mestre em Administração Pública pelo Profiap/UFG. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia.

Helen Lentz Ribeiro Bernasiuk

Doutoranda em Direito pela PUCRS. Mestre em Direito pela PUCRS. Especialista em Direito Civil pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela Uniderp, Diritto Costituzionale Comparato e Cultura Giuridica Europea pela Sapienza, Università di Roma. Bolsista Capes/Proex PPGD/PUCRS. Advogada. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4798723812833494>. E-mail: helenbernasiuk@gmail.com.

Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho

Conselheira substituta TCE/GO. Mestra em Administração Pública pelo IDP/DF. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás.

Heloise Siqueira Garcia

Pós-doutoranda com bolsa CAPES vinculada ao programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência Jurídica da Univali, além de professora colaboradora do mesmo programa. Doutora e mestra em Ciência Jurídica pelo PPCJ – UNIVALI. Doutora em *Derecho* e mestra em *Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad* pela Universidade de Alicante – Espanha. CAPES 6. E-mail: heloise.sg@gmail.com.

Ingo Wolfgang Sarlet

Doutor e pós-doutor em Direito pela Universidade de Munique. Professor titular e coordenador do mestrado e doutorado em Direito - PPGD, da Escola de Direito da PUCRS. Desembargador aposentado do TJRS. Advogado e parecerista.

Isadora Formenton Vargas

Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora de Direito Administrativo nas Faculdades João Paulo II (POA/RS) e advogada no escritório Rossi, Maffini, Milman & Grando Advogados.

José Sérgio da Silva Cristóvam

Professor da graduação, mestrado e doutorado (PPGD/UFSC). Mestre e doutor em Direito pelo PPGD/UFSC. Coordenador do GEDIP/PPGD/UFSC. Advogado.

Júlio César Linck

Advogado, mestre em Direito pela PUCRS, especialista em Direito Tributário e em Direito Civil (Economia de Mercado) pela UFRGS e graduado pela ULBRA.

Karin Käsmayer

Professora do IDP Brasília. Consultora Legislativa do Senado Federal. Advogada.

Letícia Ayres Ramos

Graduada em Direito (UFRGS) e Química (ULBRA). Conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), mestra em Direito pela UFRGS, especialista em Direito Ambiental Nacional e Internacional pela UFRGS e em Química Ambiental pela PUCRS. Atualmente é membra da Comissão Permanente de Sustentabilidade do TCE/RS.

Letícia Marques Padilha

Doutoranda em Direito pela UFRGS. Professora de Direito. Advogada. Conselheira Estadual da OABRS. Presidente da Comissão da Igualdade Racial da OABRS. Integrante do Núcleo de Pesquisa Antirracismo da Faculdade de Direito da UFRGS. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9216979644162233>.

Ligia Maria Melo de Casimiro

Professora de graduação e pós-graduação em Direito da UFC/CE. Doutora em Direito Econômico e Sustentabilidade pela PUCPR. Vice-presidente do IBDA. Presidente do ICDA. Coordenadora de Ensino e Pesquisa do IBDU.

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí TCE – PI, mestra em Direito Tributário e coordenadora da Comissão Permanente de Logística Sustentável do TCE– PI.

Lucas Saraiva de Alencar Sousa

Mestrando em Direito pela UFC. Bolsista CAPES.

Luciana Stocco Betiol

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP. Professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Consultora em sustentabilidade.

Luciane Beiro de Souza Machado

Mestre em Administração pela UDESC. Graduada em Administração e Direito. Auditora de Controle Externo do TCE/SC.

Luiz Alberto Blanchet

Professor titular do programa de pós-graduação em Direito – mestrado e doutorado – da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Marçal Justen Filho

Doutor em Direito pela PUC-SP. Professor titular da UFPR de 1986 a 2006. Advogado e parecerista em Direito Público.

Marcelo Boss Fábris

Mestrando em Direito (PPGD/UFSC). Membro do GEDIP/PPGD/UFSC. Advogado.

Márcia Uggeri

Advogada da União, mestra em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Universidad Complutense de Madrid, em exercício no Núcleo Especializado em Arbitragem da Advocacia-Geral da União.

Marcus Paulo Rycembel Boeira

Professor adjunto e pesquisador vinculado ao Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da UFRGS. Pós-doutorado na Pontificia Università Gregoriana, Roma. Doutor e mestre pela USP. Membro da *Société Internationale pour l'Étude de la Philosophie Médiévale* (SIEPM) e da Sociedade Brasileira para o Estudo da Filosofia Medieval (SBEFM). *Visiting Scholar* na Facoltà di Filosofia da Pontificia Università Gregoriana.

Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza

Doutora e mestra em *Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad* pela Universidade de Alicante (Espanha). Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – Brasil. *E-mail*: mclaudia@univali.br.

Mariana Bueno Resende

Mestra em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assessora no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Professora.

Mártin Haeblerlin

Doutor em Direito (PUCRS). Professor da graduação e do mestrado em Direito da UniRitter. Advogado.

Maurício Zockun

Livre-docente e doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Mestre Em Direito Tributário pela PUC-SP. Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Advogado. *E-mail*: mzockun@pucsp.br.

Mayumi Saraiva Tanikado Miguel

Bolsista de IC modalidade PUIIC do projeto de pesquisa Administração Pública digital e políticas públicas coordenado pela Professora Caroline Müller Bitencourt. Acadêmica do curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Pedro Adamy

Professor adjunto de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Diretor do Instituto de Estudos Tributários (IET). Advogado.

Pedro Duarte

Pós-graduando em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Advogado.

Pedro Niebuhr

Professor das disciplinas de Direito Administrativo, Ambiental e Urbanístico na Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com doutorado sanduíche (CAPES) na Universidade de Lisboa.

Phillip Gil França

Pós-doutor (CAPES_PNPd), doutor e mestre em Direito do Estado pela PUCRS, com pesquisas em doutorado sanduíche-CAPES na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Professor do mestrado em Direito da UNIVEL.

Rafael Da Cás Maffini

Mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor adjunto de Direito Administrativo na UFRGS e sócio do escritório Rossi, Maffini, Milman & Grandó Advogados.

Rafael Martins Costa Moreira

Juiz Federal. Mestre e doutor em Direito (PUCRS). *Visiting Research* na Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg (2019).

Rafael Ramos

Mestre em Direito Público pela PUCRS. Especialista em Direito do Estado pela UFRGS. Presidente da Comissão de Estudos sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Procurador Municipal de Porto Alegre.

Raimir Holanda Filho

Doutor, Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Raquel Iung Santos

Pós-graduanda em Direito Ambiental e Urbanístico pela Faculdade CESUSC. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Advogada.

Regina Linden Ruaro

Pós-doutora pela Universidad de San Pablo – CEU de Madrid (2016). Doutora em Direito pela Universidad Complutense de Madrid (1993). Professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Membro do Grupo Internacional de Pesquisa em Proteção de Dados Pessoais – Privacidad y Acceso.

Rholden Botelho de Queiroz

Doutor, Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Ricardo Schneider Rodrigues

Pós-doutorando em Controle Externo e Novas Tecnologias (USP). Doutor em Direito (PUCRS). Professor do Centro Universitário Cesmac (AL). Procurador do Ministério Público de Contas (AL).

Rodrigo Valgas

Doutor em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC, professor de Direito Administrativo do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, presidente da Comissão de Moralidade Pública do Conselho Seccional de Santa Catarina (OAB-SC), 1º vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), Advogado.

Rogério Gesta Leal

Doutor em Direito. Desembargador do Tribunal de Justiça do RS. Professor universitário na UNISC e FMP.

Sabrina Nunes Iocken

Pós-doutora em Direito pela USP. Graduanda em Biomedicina. Conselheira substituta do TCE/SC.

Sérgio Guerra

Professor titular de Direito Administrativo (FGV Direito Rio).

Têmis Limberger

Doutora em Direito pela Universidade Pompeu Fabra (Barcelona), com estudos pós-doutorais pela Universidade de Sevilla, mestra e graduada pela UFRGS, professora no PPGD UNISINOS, advogada, Procuradora de Justiça aposentada.

Teresa Villac

Doutora em Ciência Ambiental (USP). Filósofa (USP). Advogada da União, coordenadora da Câmara Nacional de Sustentabilidade da Consultoria-Geral da União – Advocacia-Geral da União.

Thomas Bellini Freitas

Mestre e doutorando em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Tiago Fensterseifer

Doutor em Direito Público pela PUCRS, com estudos em nível de pós-doutorado junto ao Instituto Max-Planck de Direito Social e Política Social de Munique, na Alemanha (2018-2019) e a UFSC (2023-2024). Professor visitante (2021-2022) do mestrado e doutorado do PPGD da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Defensor Público Estadual (SP). Autor, entre outras, das obras em coautoria com Ingo W. Sarlet: *Direito constitucional ecológico*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais/Thomson Reuters, 2021; e *Curso de direito ambiental*. 4. ed. Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2023.

Vanêscá Buzelato Prestes

Doutora pela Università del Salento. Mestra pela PUCRS, especialista em Direito Municipal pela ESDM/Ritter dos Reis, professora de Direito Municipal, Urbanístico e Ambiental, procuradora do município de Porto Alegre aposentada, diretora da Escola Superior de Direito Municipal (ESDM), advogada e consultora.